



ESTRATÉGIAS DE ACESSO E O CONTROLE DAS TERRAS PELO SETOR DA SILVICULTURA: BRASIL (MATO GROSSO DO SUL) E CANADÁ (BRITISH COLUMBIA)¹

Amanda Emiliana Santos Baratelli²

INTRODUÇÃO

O Estado é um importante agente de desenvolvimento e expansão do capitalismo (Chesnais, 1996), sobretudo, porque ele age como principal investidor para a consolidação das empresas mundiais. No caso do Brasil, por exemplo, investimentos do Estado na agricultura capitalista alcançaram cerca de R\$ 34,4 bilhões – Plano Safra 2023/2024³. Oliveira (2016) argumenta esse investimento em empresa de alcance mundial representa uma estratégia em busca de legitimidade internacional, possibilitada pelas empresas que concorrem em nível mundial.

Nesse sentido, mundialmente, o Brasil tem adquirido destaque no que diz respeito à exportação de *commodities*, por exemplo, a exportação de celulose – ênfase deste texto. Conforme os dados da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) de 2023, o Brasil é o principal exportador da celulose, responsável por 22,8% da celulose utilizada no mundo, seguido do Canadá, que exporta 13,2% do total.

Ambos os países supracitados possuem uma diferença na fonte de matéria-prima utilizada. No caso do Brasil, a madeira para a produção é o eucalipto, espécie exótica introduzida no país para fins econômicos, que representa 7.550.549 de hectares plantados. No caso do Canadá a floresta nativa representa cerca de 360 milhões de hectares e a madeira para a produção de celulose e de outras atividades das madeireiras – construção civil, biomassa e madeira serrada – advém das florestas nativas, isto porque os pinheiros são espécies que constituem o bioma local.

Outra diferença entre o setor da silvicultura brasileiro e canadense consiste na forma de acesso à matéria-prima desse setor. No Brasil o plantio de eucalipto é realizado em terras privadas, por meio

¹ Este artigo é parte dos resultados do estágio de pesquisa realizado no Canadá, junto a Brandon University (BU), sob a supervisão do Prof. Dr. Wilder Robles, financiada pela Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2024/13619-3.

² Graduada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência de Tecnologia (FCT/UNESP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/09749-3.

³ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/plano-safra-2023-2024#:~:text=de%202023%20Social-Plano%20Safra%202023%2F2024%3A%20com%20adi%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%20pr%C3%B3prios%2C,maior%20de%20Norte%20e%20Nordeste.>



de compra e arrendamento, inclusive, por essa razão, um dos fatores essenciais para a territorialização desse setor em Mato Grosso do Sul foi a alta disponibilidade de terras no estado a baixo custo (Baratelli, 2022). Já no caso canadense 93,3% das florestas são de posse do governo federal e provincial, sendo que as florestas em terras privadas correspondem somente a 6,7% do total, com exceção somente do caso da Ilha de Vancouver na província de British Columbia, em as florestas em terras privadas representam 23%. Nesse sentido, diferente do caso brasileiro, em que há a compra/arrendamento da terra para o plantio de eucalipto, no Canadá, as empresas do setor da silvicultura recebem concessões de exploração de florestas em áreas públicas, ou adquirem madeira proveniente de terras privadas, como acontece em British Columbia. É com base nas diferenças entre Brasil e Canadá, que o artigo em questão objetiva compreender, numa perspectiva comparativa, as estratégias de controle e acesso da terra realizadas pelo setor da silvicultura em Mato Grosso do Sul (Brasil) e British Columbia (Canadá).

Do ponto de vista metodológico, realizou-se revisão bibliográfica; coleta de dados de relatórios nacionais do setor da silvicultura do Brasil e Canadá; identificação de empresas líderes do setor e suas áreas de controle/atuação em Mato Grosso do Sul e British Columbia; produção cartográfica e trabalho de campo em Mato Grosso do Sul e British Columbia. A experiência da pesquisa comparativa realizada entre o caso brasileiro e canadense foi possibilitada por meio da realização de intercâmbio de pesquisa no Canadá, junto a Brandon University, via Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A TERRITORIALIZAÇÃO DA SILVICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL: BREVE ANÁLISE

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta-se, na atualidade, como lócus da expansão do setor de celulose/papel no Brasil, tendo em vista a área de 1.360.088 hectares de eucalipto plantados no estado, em razão da territorialização de grandes empresas do setor. O primeiro projeto da celulose ocorreu no município de Três Lagoas/MS, via territorialização da Fibria Celulose S.A., iniciada em 2006, por meio de acordo entre a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose Papel – originando a Fibria Celulose S.A. Em 2018, a Fibria realizou fusão com a empresa Suzano Papel e Celulose, tornando-se a Suzano S.A.. Em 2010, iniciaram-se as obras de outra empresa de celulose no município, a Eldorado Brasil, do grupo JBS (setor de carnes) e da MCL Empreendimentos (Kudlavicz, 2014). O Leste de MS acompanhou o movimento de crescimento do setor e, em 2022, a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Suzano S.A. iniciou a construção do “projeto cerrado”, a nova fábrica de celulose em Ribas do Rio Pardo/MS – inaugurada em 2024. No mesmo ano a Arauco, gigante Chilena, anunciou o investimento de 15 bilhões na construção da fábrica de celulose em Inocência/MS. Em 2025 a Bracell, por meio da subsidiária MS Florestal, confirmou o investimento de 16 bilhões para a construção de uma fábrica de celulose em Bataguassu/MS.

A territorialização dessas empresas no Leste de Mato Grosso do Sul alterou a dinâmica fundiária da região, que anteriormente baseava-se, especialmente, na atividade de pecuária extensiva e terra utilizada como “reserva de valor”. Parte das áreas que anteriormente estavam classificadas como pastagem, foram convertidas para o plantio de eucalipto. Os dados do MapBiomas revelam que no município de Três Lagoas/MS, por exemplo, em 2010 a área de pastagem representava 733.275 hectares e a silvicultura 91.336 hectares, dez anos depois, em 2020, a área de pastagem representa 524.480 hectares e a área de eucalipto 222.438 hectares. Todavia, apesar da incorporação de parte das áreas de pastagem na atividade da silvicultura, a estrutura fundiária do município – e isso se repete na região Leste de MS – mantém-se concentrada, considerando que no último Censo Agropecuário de 2017, as propriedades com mais de 1.000 hectares ocupavam 77,04% da terra do município.

A conversão de tradicionais áreas de pastagem para o plantio de eucalipto, via arrendamento/venda, representa que os proprietários fundiários de áreas em processo de majoração, enxergaram nas empresas de celulose uma oportunidade para a realização da renda fundiária. Na racionalidade capitalista a terra é compreendida como uma mercadoria, capaz de gerar tributos ao seu proprietário (Marx, 2017).

No caso canadense, em que a maior parte das terras de floresta são de posse do Estado, é ele quem captura a renda fundiária. Em British Columbia o Governo Provincial emite as licenças florestais, que permite as empresas florestais a extração de madeira nativa. As concessões feitas pelo Estado não são gratuitas, as empresas realizam o pagamento de uma taxa por árvore extraída, para fins de reflorestamento e receita provincial (Ekers et al., 2021).

Mas, ainda que o Estado seja o proprietário da terra, as empresas madeireiras gozam da posse. Bridge e McManus (2000) argumentam que embora as terras sejam do governo e ele ofereça licenças temporárias fiscalizadas, as empresas do setor florestal possuem significativa influência nacional, tornando suas posses garantidas e protegidas em razão do aumento da receita da província via pagamento das taxas de extração.

No caso das florestas em terras privadas de BC, localizadas na Ilha de Vancouver, cerca de 800 mil hectares estão em posse das gigantes imobiliárias do setor da silvicultura, Island Timberlands



e TimberWest Forest Corp., e as áreas são administradas pela Mosaic Forest Management, uma Timber Investment Management Organization (TIMO's). A Mosaic realiza o manejo da área, incluindo o corte e venda da toras para suprir a necessidade de madeira das empresas do país e também para a exportação internacional para os Estados Unidos, Coréia, China, etc.

As terras privadas da Ilha de Vancouver representam um estoque de madeira para o setor da silvicultura, tendo em vista o controle privado dessas áreas e o menor índice de intervenção/restrições por parte do Estado (Ekers, 2023). Esse movimento ocorre, sobretudo, pela escassez da possibilidade de adquirir florestas privadas no Canadá, isto porque 95% das florestas são de propriedade do Estado. Logo, é sempre nesse movimento de desigualdade ao acesso à terra que se constitui o aumento do tributo pago, ou seja, o “engordar” da renda fundiária.

Sendo assim, além do Estado legitimar a propriedade privada da terra, ele também permite a extração de madeiras em terras públicas, fortalecendo o enriquecimento das empresas madeireiras e garantindo a realização da renda fundiária na forma de tributo por extração de árvores. Desse modo, o Estado, como o maior controlador da propriedade da terra, age também como financiador e articulador do processo de desenvolvimento dessas empresas, reforçando a sua presença para a constituição da mundialização do capital.

BRASIL E CANADÁ EM PERSPECTIVA COMPARATIVA: A CONFLITUALIDADE DO CONTROLE DAS TERRAS/FLORESTAS PELO SETOR MADEIREIRO

As informações do Governo Canadense revelam que no país 94% das florestas são de posse do governo federal e provincial, sendo 90% administradas pelo governo provincial e 4% pelo governo federal, logo, as florestas em terras privadas correspondem somente a 6% do total. Esse dado se repete também para a província de British Columbia, em que as florestas públicas correspondem a 95% e as privadas a 5% - com exceção do caso da Ilha de Vancouver, cujas florestas em terras privadas representam 23% das florestas da Ilha (Ekers, 2019). A propriedade das florestas sob a administração do Estado evidencia o seu papel central no processo de desenvolvimento do setor da silvicultura, isto porque a matéria prima do setor (às árvores) estão sob as terras públicas.

O relatório disponibilizado pelo Ministry of Forests, Lands, and Natural Resource Operations de British Columbia, em 2025, revelou que governo estabeleceu como liberações de corte anual o total de 56.360.525 m³ de madeira, dividido entre empresas da silvicultura e comunidades locais. O total de madeira disponibilizado para uso das empresas corresponde a 41.731.028 m³, sendo distribuído para 45 empresas diferentes.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

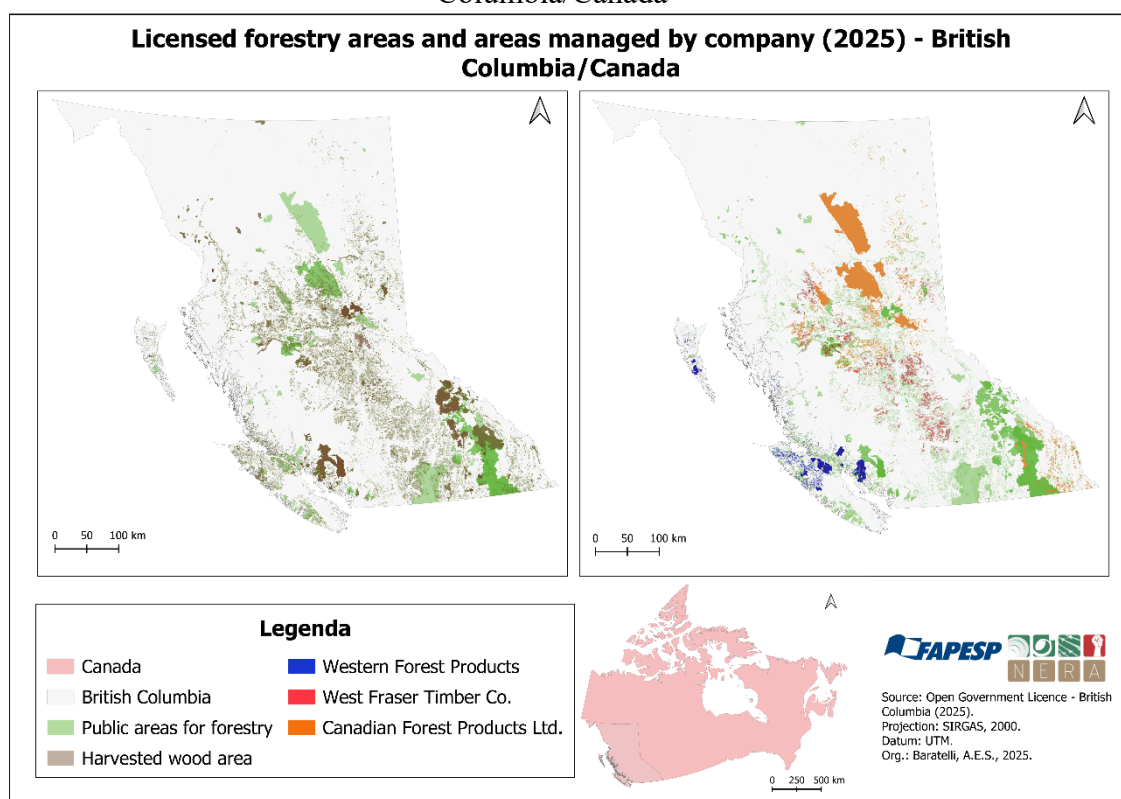
AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

As licenças emitidas pelo Governo de British Columbia dividem-se entre Timber Supply Area (TSA) e Tree Farm Licences (TFL). As TSA representam 45.339.218m³ da área autorizada para extração de madeira, enquanto as TFL representam 11.021.307 m³. As atividades classificadas nas TSA são: Forest licences replaceable para empresas, comunidades locais e grupos indígenas e forestry licence to cut, para a venda de madeira ou produção de polpa de celulose, além de licenças de parcerias com o governo de British Columbia. As licenças emitidas em TFL são classificadas como: licenças totais; licenças para a venda e outros.

As gigantes do setor em British Columbia concentram o maior número de licenças de exploração de madeira, logo, as principais autorizações de colheita por m³ são para: Canadian Forest Products LTD., West Fraser Mills LTD. e a Western Forest Products Inc. As áreas administradas por essas empresas estão em sete das oito regiões da província de British Columbia, respectivamente: West Coast Natural Resource Region; Thompson-Okanagan Natural Resource Region; Cariboo Natural Resource Region; Omineca Natural Resource Region; Northeast Natural Resource Region; Skeena Natural Resource Region e Kootenay-Boundary Natural Resource Region.

Mapa 1 – Florestas licenciadas administradas por empresas (2025) – British Columbia/Canada





A empresa com a maior licença de volume de extração de madeira é a Canadian, com autorização para 6,384,230 m³ de corte em 19 unidades administradas. Em seguida está a West Fraser, que acumula 21 unidades administradas que correspondem ao volume de 5,020,516 m³ de madeira. Por fim, a Western Forest concentra 10 unidades administradas, que representam o volume de 4,072,815 m³ de madeira. Essas empresas juntas concentram 27,47% de toda a área de corte liberada anualmente, representando 15.477.561 m³ extraídos anualmente em 50 unidades de florestas administradas – tabela 5.

Tabela 1: Licenças de corte de madeira em florestas públicas por empresa em British Columbia (2025)

Empresa	Área de corte licenciada (m ³)	Número de áreas de licenças ativas	% do total da área de licenças de corte
Canadian Forest Products Ltd	6,384,230	19	11.33%
West Fraser Mills Ltd.	5,020,516	21	8.91%
Western Forest Products Inc	4,072,815	10	7.23%

Fonte: Ministry of Forests, Lands, and Natural Resource Operations (2025)

As florestas administradas pela Canadian Forest estão distribuídas em quatro diferentes regiões da província de British Columbia, respectivamente: Skeena Natural Resource Region; Omineca Natural Resource Region; Northeast Natural Resource Region; Kootenay-Boundary Natural Resource Region. Do total de 6.384.230m³ licenciados em administração da empresa, 5.219.866m³ correspondem a 16 licenças renovadas em áreas consolidadas para o suprimento de madeira. A empresa ainda possui três licenças totais para exploração florestas: TFL 14 Spillimacheen; TFL 30 Sinclair e TFL 48 Chetwynd, que correspondem ao aumento de mais 1.164.364m³ de extração de madeira. A companhia ainda possui licença para a exploração de madeira na província nos próximos 17 anos, com a possibilidade de renovação/ampliação das áreas.

As áreas administradas pela West Fraser estão distribuídas em cinco áreas da província de British Columbia, respectivamente: Thompson-Okanagan Natural Resource Region; Cariboo Natural Resource Region; Omineca Natural Resource Region; Northeast Natural Resource Region e Skeena Natural Resource Region. Do total de 5,020,516m³ de áreas administradas pela empresa, 4.303.016m³ correspondem a 19 licenças renovadas, em áreas de suprimento de madeira (TSA) e duas áreas de licença total (TFL). As duas áreas de licença total correspondem ao aumento de 717.500m³ de extração de madeira. A empresa ainda possui licenças de exploração de madeira para os próximos 20 anos.



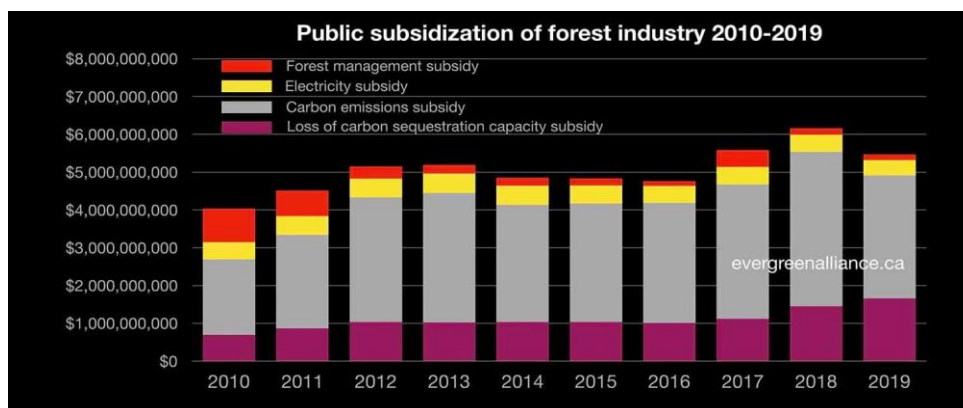
A empresa Western Forest Products concentra as suas áreas de licença de corte somente na região West Coast Natural Resource Region. A empresa concentra 4,072,815m³ de áreas de exploração, sendo 478,494m³ em licenças renovadas, que correspondem a cinco áreas de suprimento de madeira (TSA). Além dessas áreas a empresa também administra licenças totais nas TFL: 19, 25, 37, 39 e 06, que representam a maior área de extração de madeira da empresa, cujo valor é de 3.594.321m³. As licenças da empresa possuem validade de 20 anos – tabela 8.

Além da emissão de licenças de exploração de florestas, o governo provincial de British Columbia ainda atua de outras maneiras para o crescimento do setor madeireiro. Para Broadland (2020), uma das formas de atuação do Estado em prol do setor assenta-se na minimização dos custos repassados as empresas da silvicultura. O autor discute que embora esse setor possua destaque na província, ele não paga as contas de sua própria atuação. Entre os anos de 2009 e 2019 o governo de British Columbia arrecadou US\$ 6,71 bilhões com o setor madeireiro, sendo US\$ 6,41 bilhões com a venda de madeiras em tora e US\$ 300 milhões por meio do Imposto sobre a Exploração Madeireira. Todavia, em relação aos custos públicos para a manutenção do setor, o governo de BC despendeu US\$ 10.363.595.000, totalizando num prejuízo de US\$ 3.652.460.667.

Broadland (2021) elenca evidências dos subsídios públicos ao setor, por exemplo, para os custos com eletricidades das empresas, que significaram subsídio de US\$ 5,1 bilhões, de acordo com os dados da BC Hydro. O autor revela que o princípio aplicado para a cobrança da eletricidade das empresas florestais é diferente do aplicado para os demais consumidores, representando um subsídio de 4,81 centavos de dólar por quilowatt-hora em 2010, com aumento para 7,98 centavos de dólar por quilowatt-hora em 2020. Broadland (2021) ainda revela que a atividade madeireira na província foi responsável por 50% da perda florestal, resultando na perda de US\$ 11 bilhões de imposto por sequestro de carbono. Os subsídios acumulados nos últimos 10 anos pelo setor florestal correspondem a US\$ 50,6 bilhões aos cofres públicos – gráfico 2.



Gráfico 1: Public subsidization of forest industry 2010-2019



Fonte: Broadland (2021) in: Evergreen Alliance.

Broadland (2020) ainda revela que as vendas de madeira realizadas pela província contribuíram, em média, entre os anos de 2009 e 2018, para 2,6% do PIB. Mas, no ano de 2009, houve um declínio do setor, com queda de 25% do PIB em 2019, representando 2,1%. Além disso, a empregabilidade do setor também diminuiu, de 100.400 empregos em 2000, representando 5,2% dos empregos da província, para 46.100 empregos, 1,8% do total de empregos. Para a manutenção desses empregos o governo provincial liberou acesso exclusivo a 25 milhões de hectares de florestas de BC, significando 5,42 quilômetros quadrados de floresta por cidadão empregado.

Para Collard e Dempsey (2025) as quedas de arrecadação do setor madeireiro para British Columbia revelam uma crise, restante da exaustão ambiental das atividades, devido a exploração predatória, que evidencia a irracionalidade do capitalismo em destruir o sistema do qual ele depende. Além disso, a crise econômica no setor imobiliário, reduzindo a intensidade de construções de casas nos EUA e Canadá, também impactaram o setor. Os autores revelam que a crise resultou no fechamento de serrarias, como aconteceu com o fechamento da fábrica da Canfor, em Chetwynd, em 2022.

A crise de produção do setor também se revela por meio da análise dos dados de áreas exploradas pelo setor florestal. Entre o período de 2013 e 2022 houve uma queda de 50.15% na quantidade de madeira extraída em hectares. A crise da exaustão das florestas, especialmente as florestas antigas, significaram a redução do volume de corte permitido por ano pelo governo. Além disso, a reivindicação de movimentos sociais, especialmente das comunidades indígenas, também intensificou as tensões na atuação do setor madeireiro em BC (Ekers, 2023).

Tabela 2: Área de exploração florestal em British Columbia (2013-2022)

2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
226.501	199.728	232.875	207.607	203.411	199.998	155.712	155.773	143.160	112.902



Fonte: Governo Federal, dados estatísticos florestais (2025)

Ekers (2025) argumenta que a crise na extração de madeira nas florestas públicas foi contornada pelo governo com a possibilidade de exploração de florestas privadas localizadas na Ilha de Vancouver – mapa 6, sob posse das empresas TimberWest e Island Timberlands e geridas pela Mosaic Forest Management.

Mapa 2 – Terras privadas da Ilha de Vancouver (TimberWest e Island Timberlands)



O processo de constituição dessa porcentagem de propriedade privada (23%) iniciou-se em 1887, quando o governo de BC transferiu uma área de 853.000 hectares para a empresa Esquimalt & Nanaimo Railway Company (E&N), como parte do pagamento por realizar a construção da ferrovia de ligação do extremo sul da Ilha de Vancouver, ao norte, até Nanaimo. Todavia, no processo de transferência dessas terras, não foram levadas em consideração as identidades das comunidades tradicionais que realizavam a reprodução de suas vidas e culturas nesse território, ocasionando conflitos e disputas territoriais (Ekers, 2023).

Mais tarde, em 1908, a Canadian Pacific Railway (CPR) comprou a E&N Railway, e, com isso, passou a ser proprietária também das terras que estavam em posse da empresa. Nos anos 1940, a CPR, a única proprietária das terras até então, começou a vender parcelas para as empresas florestais da província. Já em 1964, essas terras, de antiga posse da E&N, foram vendidas para as empresas



florestais de British Columbia, como a Crown Zellerbach e MacMillan Bloedel, detendo a maior parte dessa área.

Através de uma série de aquisições de grande e pequena escala, as terras associadas às concessões de terras da E&N e pequenas parcelas de terra passaram a ser propriedade e geridas por algumas das maiores empresas florestais da província. Estas eram empresas verticalmente integradas que operavam em terras públicas, mas também nas suas propriedades costeiras privadas adquiridas à CPR. (Ekers, 2019, p. 11).

Assim, as terras que inicialmente foram concedidas pelo Estado, deram origem à propriedade privada na Ilha de Vancouver. Mesmo com os protestos realizados pelas comunidades indígenas de reivindicações do seu território, a propriedade tornou-se objeto de especulação e de interesse da indústria madeireira (Van Wagner, 2021).

'Retornar a terra' continua a ser o objetivo dos mais velhos indígenas, e as críticas às empresas florestais continuam, mas há uma política de sobrevivência na forma como certos povos indígenas acessam seu território através da descoberta de maneiras criativas ao redor ou através de portões de segurança (pense nos poderosos Dremels usados para abrir fechaduras) destinado a cercar a terra. (Ekers, 2023, p. 2804).

Mais tarde, em 1999, a Weyerhaeuser, dos EUA, comprou a MacMillan Bloedel, adquirindo também as terras em posse da empresa. Cinco anos depois, em 2004, a Brascan – renomeada para Brookfield Asset Management em 2005 – negociou a compra das terras da Weyerhaeuser, juntamente com o direito à madeira, também nas terras da Coroa (Ekers, 2019).

A Brookfield criou duas empresas subsidiárias, a Island Timberlands, para administrar as terras privadas, e a Cascadia Forest Products Ltd., centrada em administrar as concessões de uso em terras da Coroa. Mais tarde, a Cascadia foi vendida para a Western Forest Products. A Brookfield ainda se mantém com participações na Island Timberlands e administrando os planos de pensão e controle de 265.000 hectares (Ekres, 2019; Parfitt, 2008).

Além da Brookfield, as terras privadas da Ilha de Vancouver também estão em posse da TimberWest. Em 1987, a Fletcher Challenge comprou a BC Forest Products e, em 1988, adquiriu a Crown Forest Industries (anteriormente Crown Zellerbach). Essas empresas possuíam parte das terras concedidas anteriormente, pela E&N. Em 1993, a TimberWest comprou ativos da Fletcher Challenge, o que incluía também as suas terras, cerca de 322.000 hectares (Ekres, 2019; Parfitt, 2008).

As três empresas, Island Timberlands, TimberWest e Western Forest Products, são responsáveis por 80% da exploração total de madeira em BC. Além disso, juntas, Island Timberlands e TimberWest, dominam cerca de 587.000 hectares, enquanto a Western Forest Products, possui 23.293 hectares – menor proporção.



Essas florestas privadas representam cerca de 610 mil hectares e, por serem privadas, desde 2003 são regulamentadas por outro instrumento legislativo – com maior flexibilidade. Em 2003 o governo revogou a legislação florestal vigente, porque ela não atendia aos interesses empresariais, uma vez que a fiscalização para a extração de madeira era igual para florestas públicas e privadas. Criou-se, no mesmo ano, a Private Managed Forest Land Act (PMFLA), o que reduziu o controle acerca do limite de madeira extraída e exportada:

Foi assim estabelecido um cenário regulamentar no qual as empresas florestais podiam colher e exportar quase à vontade em terras privadas, ao mesmo tempo que eram limitadas nas suas operações em terras da Coroa. O PMFLA foi, e continua a ser, uma peça legislativa apreciada pelo que o crítico Ben Parfitt (2008) chama de “as 3 Grandes” proprietárias corporativas de terras florestais privadas na província: Island Timberlands (IT), TimberWest e Western Forest Products (PMA). (Ekers et al., 2020, p. 2).

Além dessa mudança, o governo de BC, que desde 1950 exigia as Licenças de Exploração de Árvores (TFLs), como forma de regulamentar as gestões florestais das indústrias – em florestas públicas e privadas – permitiu, no início dos anos 2000, a retirada da obrigação de seguir essa licença para as terras privadas. Sendo assim, as terras privadas, geridas pelas madeireiras, passaram a ser reguladas somente pelo instrumento legislativo neoliberal, o PMFLA (Ekers et al., 2020).

Essa alteração legislativa acerca do controle da exploração de madeira em BC, permitiu às empresas a liberdade de colher milhões de m³ de madeira, como é o caso da Island Timberlands, que entre 1979 e 2021, alcançou a média anual de colheita de 1,45 milhões de m³. O volume de colheita de TimberWest atingiu, no mesmo período, 1,39 milhões de m³ (Ekers, 2025).

Ekers (2025) argumenta que a existência das florestas privadas, cuja fiscalização é menor, significa a manutenção de uma “reserva” de madeira que permite a continuidade das atividades do setor madeireiro em plena intensidade. Em trabalho e campo⁴ realizado em Nanaimo, em visita às florestas privadas geridas pela Mosaic, o Chefe do setor Florestal e Sustentabilidade informou que 60% da madeira extraída é vendida para as empresas de British Columbia e 40% são exportadas internacionalmente. Essa informação reforça o debate levantado por Ekers (2025), de que a existência das florestas privadas representa uma alternativa que sustenta a atividade do setor madeireiro de BC.

Ekers et al. (2020) ainda revela que mais de 50% da colheita de madeira realizada pelas empresas, na Ilha de Vancouver, foi da espécie abeto de Douglas, considerada madeira maciça e em

⁴ A visita de campo foi realizada nas florestas privadas geridas pela Mosaic, em Nanaimo, em 10/07/2025, acompanhada pelo Chefe do setor Florestal e de Sustentabilidade.



risco de extinção. Além das facilidades legislativas e de concessões de terra, o governo de BC também investiu US\$ 90 milhões para apoiar o setor florestal⁵.

Parfitt (2008) argumenta, em seu relatório, que o massivo movimento de extração da espécie abeto de Douglas, na Ilha de Vancouver, levaria ao seu esgotamento em cerca de 25 anos. O autor ainda argumenta que parte dessas árvores, que levaram mais de 200 anos para se formarem, são fundamentais para o sequestro de carbono e o fim dessa espécie, sobretudo, em áreas costeiras, significaria a redução do armazenamento de carbono de cerca de 250 anos.

Os desgastes ambientais ocasionados nas florestas privadas da Ilha de Vancouver impactam diretamente no modo de vida de comunidades indígenas que nela residem. Para os grupos indígenas, a atuação do setor madeireiro por meio da extração de madeira representa um risco ao território de pertencimento, reprodução da cultura e ancestralidade (Ekers 2023; Piccin, 2025). Além das comunidades indígenas, outros coletivos da sociedade questionam a atuação das empresas privadas⁶ na extração de madeira, sobretudo pela restrição do acesso a propriedade privada por meio de portões. Esses portões servem para restringir o acesso da comunidade às florestas privadas, assim como limitar a realização dos protestos na área externa das florestas. Numa das placas fixadas junto aos portões possui a seguinte mensagem: *“Private property. Entry on this land without permission of Mosaic is strictly prohibited”*.

Figura 1: Portão de controle de acesso às florestas privadas geridas pela Mosaic



Fonte: Trabalho de campo, 2025. Acervo da autora.

⁵ Disponível em: <https://www.pulpandpapercanada.com/b-c-governments-90-million-investment-to-support-forestry-sector/>

⁶ O movimento Open the Gates (<https://www.openthegates.ca/>), organizado pela sociedade civil, reivindica a abertura dos portões colocados pelas empresas do setor florestal em áreas geridas pela Mosaic Forest Management.



Collard e Dempsey (2025) acrescentam que a exploração predatória das empresas, em florestas públicas de British Columbia também impacta, de modo socioambiental, outras áreas de British Columbia, como ocorre no território indígena Cariboo, que utilizam a floresta e seus recursos – por exemplo a caça dos caribus – para a reprodução da vida e da cultura. Os autores denunciam que o avanço do corte de florestas no território tem provocado a redução do rebanho de caribus, em razão do aumento da população de lobos. Esses animais possuíam seus territórios específicos e modo de vida equilibrado, todavia, a derrubada das florestas e perda de territórios tem causado intenso desequilíbrio ambiental para a fauna.

Outros impactos da exploração predatória do setor são revelados por Broadland (2021) que elenca outros custos do Estado na mitigação de danos, por exemplo: US\$ 24 milhões para a instalação de uma unidade de tratamento de água para remover sedimentos resultantes do corte raso para a comunidade de Peachland; US\$ 100 milhões para a comunidade de Grand Forks, onde as atividades de corte raso na bacia de Kettle e Granby causaram inundações e pessoas perderam suas casas. Além de outros custos à atividade de pesca, em razão do aumento da sedimentação nos rios pela perda da cobertura vegetal local.

Apesar do *slogan* sustentável propagado pelas empresas da silvicultura, essa atividade implica em diversos impactos ambientais. No caso canadense, como fora supracitado, a intensidade da exploração está provocando a exaustão das florestas, colocando espécies em risco de extinção, como o Douglas fir. As consequências ambientais impactam diretamente as comunidades que vivem em áreas de exploração florestal, como os indígenas e outras comunidades locais, como fora evidenciado por Broadland (2021).

No caso brasileiro não é diferente. As empresas do setor da silvicultura discursam em defesa da sustentabilidade e propagam a narrativa de que o plantio de eucalipto serve como reflorestamento em áreas anteriormente degradadas, como é o caso de Mato Grosso do Sul. Todavia, comunidades rurais locais e científicas, apontam os impactos socioambientais do plantio de árvores exóticas no formato de monocultivos. A Rede Alerta contra os Desertos Verdes⁷ listou alguns desses impactos no dossiê “O que você precisa saber sobre a empresa Suzano Papel e Celulose”, dentre eles, estão: a invasão de sobreposição de territórios indígenas; impactos ambientais por uso de água; aplicação de

⁷ Disponível em: <https://alertacontradesertosverdes.org/cartilhas/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-empresa-suzano-papel-e-celulose/>



agrotóxicos e estudos com eucalipto transgênico; baixa empregabilidade e concentração de lucros abusivos.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, as comunidades rurais denunciam que o secamento de nascentes e córregos na região estão associados com o avanço no plantio de eucalipto. Em pesquisa⁸ realizada por meio de visitas de campo e análises de satélites, especialista em consultoria ambiental denuncia a morte de algumas nascentes no Leste do estado em razão do plantio de eucalipto. A problemática despertou a atenção do poder público estadual, via Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS)⁹ que realizou debates sobre os impactos do plantio do eucalipto no estado.

Além dos impactos hídricos, as comunidades rurais locais também denunciam o desequilíbrio na fauna e flora local. Em razão da expansão do plantio de eucalipto e da competição natural das plantas por recursos, espécies nativas frutíferas do cerrado estão morrendo. A morte dessas espécies significa a falta de alimento para os animais silvestres, que em busca de alternativa, alimentam-se dos produtos cultivados para a comercialização dos camponeses, representando um impacto econômico para essas comunidades. Os moradores também denunciam a mortandade de abelhas em razão da utilização de agrotóxicos nos eucaliptais. Como alternativa de luta contra esse monocultivo, os moradores das comunidades rurais e a comunidade científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), fundaram o Fórum de enfrentamento aos impactos do eucalipto¹⁰, que objetiva reivindicar do poder público estadual e municipal, iniciativas para a mitigação dos danos causados pela expansão do plantio de eucalipto.

Diferente do caso canadense, em que as florestas são principalmente geridas pelo governo, no Brasil, as florestas de eucalipto são cultivadas em terras privadas. Logo, a atividade do governo consiste em legislar sobre as obrigatoriedades a serem seguidas pelas empresas, sem interferência direta nas áreas. Nesse sentido, o governo de Mato Grosso do Sul, desde a territorialização das agroindústrias de celulose-papel, dispensou o licenciamento ambiental para o plantio de eucalipto, liberando essa atividade de fiscalização e controle, permitindo, então, a ocorrência do desequilíbrio ambiental local.

⁸ Disponível em: <https://expressaoms.com.br/index.php/2025/04/04/estudo-revela-impactos-ambientais-das-fabricas-de-celulose-em-tres-lagoas-e-regiao/>

⁹ Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/141630/alems-debate-impactos-da-silvicultura-e-concessao-dos-servicos-de-hidrovia#>

¹⁰ Disponível em: https://agb.org.br/carta-politica-do-forum-de-enfrentamento-aos-impactos-do-eucalipto/?2025-03-01_031145_8044_html



As facilidades concedidas pelo Estado para o agronegócio brasileiro articulam-se, segundo Martins (1994), com a existência de uma aliança terra-capital. Essa aliança significa um *pacto* realizado entre duas classes antagônicas, os proprietários das terras e os capitalistas industriais. A existência desse pacto torna-se possível devido ao alcance de interesses individuais para as duas classes, ou seja, para os proprietários fundiários, que arrendam as terras, há a realização da renda fundiária e, para os capitalistas industriais, que produzem e comercializam celulose com o plantio de eucalipto advindo de terras arrendadas, o lucro.

Martins (1994) argumenta que o Estado realiza um papel mediador nessa aliança, tendo em vista as facilidades concedidas para as empresas desse setor territorializarem-se e expandirem-se. Esses investimentos possibilitam a integração de terras, anteriormente ociosas, ao ciclo da acumulação capitalista. Os proprietários fundiários, que antes mantinha a terra na dinâmica especulativa, por meio do arrendamento, conquistam o direito de auferir a renda fundiária.

Martins (1994) ainda assinala que além da presença da aliança terra-capital, no caso brasileiro, essas duas classes realizam, também, a unidade capitalista. A aliança entre proprietários da terra e capitalistas industriais representa a *unidade capitalista*, resultante dessa metamorfose. Essa unidade permite a realização do lucro para o capitalista e a renda fundiária ao proprietário da terra – que podem ser a mesma pessoa. Nas agroindústrias de celulose do Leste de Mato Grosso do Sul coexistem a figura de proprietárias de terra e de capitalistas industriais, a amálgama necessária para a realização do lucro e da renda da terra.

Nesse sentido, as agroindústrias de celulose-papel de Mato Grosso do Sul, Suzano e Eldorado, atuam também na posse/controla da terra, como proprietárias fundiárias. Nas informações do Plano de Manejo da Suzano, de 2021, a empresa declara possuir área total de 557.050 mil hectares no estado, sendo que 76.675 hectares são de áreas próprias. Já no Plano de Manejo, de 2023, a empresa Eldorado declarou controlar 441.808 mil hectares em MS, sendo somente 13.25 de áreas próprias – tabela 10.

Tabela 3: Área de atuação da Suzano e Eldorado Brasil em Mato Grosso do Sul (em hectares)

Plano de Manejo da Suzano S.A. (2021)							
	Arrend.	Própria	Parceria	Área produtiva	Conservação	Outros	Área Total
MS	109.841	76.675	53.126	-	236.668	21.266	557.050
Plano de Manejo da Eldorado (2023)							
MS	287.17	13.25	141.37	285.514	120.145	36.147	441.808

Fonte: Plano de Manejo Suzano S.A. (2021) e Eldorado Brasil (2023). **Elaborado** pela autora.

No que diz respeito à Suzano S.A., o Plano de Manejo de 2023 permitiu a atualização de alguns dados, como a área total controlada pela empresa em MS, que atualmente representa 1.043.327



hectares, sendo 441.373 hectares em áreas de plantio, 249.808 hectares em áreas de conservação e 117.289 hectares de infraestrutura. As informações sobre áreas próprias e arrendadas não estão mais disponíveis nos Planos de Manejos.

Além das agroindústrias de celulose-papel, outros grupos também atuam na dinâmica da posse/controla da terra no estado, como é o caso das Timber Investment Management Organization atuantes em Mato Grosso do Sul. Essas empresas são responsáveis por gerir terras florestais e realizar a venda de madeira para as agroindústrias de produção de celulose. De acordo com Amorim e Neves (2025) estão listadas entre as principais TIMO's atuantes em MS a TTG Brasil, que concentra 94.460 mil hectares e Lacan Florestal, cuja área controlada representa 111.543,98 hectares. Outra empresa também se destaca em Mato Grosso do Sul, a canadense Manulife Investment Management, que administra 55.400 e controla a subsidiária APE1 Plantio de Floresta Exótica S.A – tabela 11.

Tabela 4: Área controlada pelas principais TIMO's atuantes em Mato Grosso do Sul

Empresa	Área de plantio (hectares)	Área ocupada (hectares)	Quantidade de estabelecimentos
TTG Brasil	66.820	94.460	19
Lacan Florestal	80.509,06	111.543,98	-
Manulife Investment Management	-	55.400	-

Fonte: Amorim e Neves (2025, p.11); Relatório Manulife (2025). Adaptado pela autora.

As empresas Suzano e Eldorado, em conjunto com as TIMO's supracitadas, são os principais grupos controladores de áreas de terras para a silvicultura. A alta necessidade de terras para o plantio de eucalipto diz respeito ao volume de extração de madeira, que de acordo com o Relatório de Sustentabilidade de Suzano, representou 10.061.500 m³ em 2023 e, em relação a Eldorado, de acordo com seu Relatório de Sustentabilidade, representou 6 milhões de m³ em 2023. Essa madeira foi convertida à produção de cerca de 6 milhões de toneladas de celulose.

Em comparação com o caso canadense, as áreas de monocultivos de eucalipto em Mato Grosso do Sul possuem maior intensidade de exploração por empresa, considerando os dados de extração de madeira por m³. Por exemplo, na província de British Columbia, no Canadá, o volume de exploração representa o total de 41.731.028 m³, dividido entre 45 empresas. As três principais empresas do setor controlam Canadian Forest, West Fraser e Western Forest, controlam, juntas, 27,47% do total da madeira extraída. No caso de Mato Grosso do Sul, em que o volume de madeira extraído é de 18.712.239 m³, sendo 17.305.436 m³ localizados no Leste de MS, as duas principais



empresas, Suzano S.A. e Eldorado Brasil, extraíram, juntas 16.061.500 m³, representando 85.83% do total de madeira extraída no estado de Mato Grosso do Sul.

Em relação ao volume de madeira extraído por empresas, é possível observar que o total de 16.061.500 m³ de madeira extraído pela Suzano S.A. e a Eldorado Brasil, é superior ao total extraído pelas três principais empresas de British Columbia, cujo o total extraído por elas, juntas, resultou em 15.477.561 m³, com a diferença de 583.939 m³ em comparação as empresas de Mato Grosso do Sul.

A possibilidade do maior volume de extração por empresa em Mato Grosso do Sul, relaciona-se com o fato de que toda a área explorada pelas empresas está em terras privadas, sem o controle/fiscalização do governo em relação do volume extraído. Apesar de as leis ambientais compreenderem o eucalipto como “reflorestamento de áreas anteriormente degradadas”, a finalidade do seu plantio é estritamente comercial. Nesse sentido, o Estado criou as condições, via Lei 6.938/81, que possibilitaram a introdução de uma espécie exótica, sem mapeamento prévio dos custos ambientais que ela poderia causar, para fins econômicos, com a justificativa do reflorestamento em áreas degradadas pela pecuária. O imaginário sustentável dessa atividade foi propagado ideologicamente pelo estado (Kudlavicz, 2012).

No caso canadense, embora existe o controle/fiscalização nas áreas públicas de extração de madeira, o governo provincial também age como parceiro e incentivador desse setor, especialmente por permitir a exploração das florestas públicas com baixo custo de manutenção (taxa por madeira colhida). A empresa Mosaic revelou o preço de comercialização da madeira extraída em terras privadas¹¹, sendo a espécie mais barata a Hemlock log CAD\$ 72 o m³, comercializada domesticamente, e a espécie mais cara o Douglas fir, CAD\$ 122 o m³. Logo, se toda a madeira utilizada pelas empresas do setor madeireiro canadense fosse comprada de forma privada, esse valor significaria o custo de CAD\$ 3.004.634.016 (bilhão), da espécie Hemlock log. Se a espécie adquirida fosse o Douglas fir, esse valor seria maior, totalizando CAD\$ 5.091.185.416 (bilhões). Em contrapartida, a extração de madeira realizadas pelas 45 empresas do setor, com licenças para colheita em terras públicas, significou, de acordo com Broadland (2020), entre 2009 e 2019, US\$ 300 milhões de arrecadação do Imposto sobre a Exploração Madeireira.

O valor cobrado pelo governo provincial canadense, no formato de Imposto sobre a Exploração Madeireira, pode ser compreendido como uma forma de *pagamento pelo arrendamento*

¹¹ Disponível em: <https://www.mosaicforests.com/news-views/temporary-change-sought-to-get-2000-workers-back-on-the-job-and-logs-to-local-mills#:~:text=After%20months%20of%20prices%20trending,significant%20further%20declines%20in%20harvest.>



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

das áreas de propriedade do governo para a exploração florestal. Em diferente medida, no caso brasileiro, as terras exploradas pelo setor são privadas, cujo valor do arrendamento/compra é pago para os proprietários fundiários. Logo, o tributo pago pelo arrendamento/concessão de uso da terra, é compreendido como *renda fundiária*.

Para Marx (2017), a racionalidade capitalista converteu a terra – bem da natureza – à condição de mercadoria. A mercadoria – terra – foi apropriada individualmente, tornando-a propriedade privada individual, sendo que quem a possui, como propriedade, tem o direito de auferir a renda fundiária – tributo pago pelo uso da terra. A sua condição especial no capitalismo diz respeito ao fato de que ela é um recurso finito, incapaz de ser reproduzido/fabricado pelo ser humano, logo, quem a possui, detém para si, uma parte do planeta terra.

Nessa perspectiva, tanto no caso canadense, quanto no caso brasileiro, nas terras utilizadas pelo setor madeireiro, seus proprietários auferem a renda fundiária, seja por meio do arrendamento/compra (como é no caso brasileiro), ou por meio do imposto tributado para o uso das terras do governo canadense. Ainda que nesse caso a terra seja um bem público – do governo – ela é propriedade privada, restringindo o seu acesso à autorização prévia e pagamento para o seu proprietário (o governo).

Sendo assim, ao permite a extração de madeiras em terras públicas, o Estado fortalece o enriquecimento das empresas madeireiras e garante a realização da renda fundiária na forma de tributo por extração de árvores. Todavia, o tributo cobrado pelo governo é baixo, em comparação ao quanto custaria às empresas comprarem madeira de terras privadas. Desse modo, o Estado, como o maior controlador da propriedade da terra, age também como financiador e articulador do processo de desenvolvimento dessas empresas, reforçando a sua presença para a constituição da mundialização do capital.

No caso brasileiro, apesar das terras serem controladas pelos proprietários fundiários, de forma privada, o Estado também se apresenta como um importante articulador do processo de desenvolvimento desse setor, vide a liberação de licenciamento ambiental para o plantio de espécie exótica sem fiscalização. Ademais, o BNDES, ao longo de sua trajetória de financiamento do agronegócio, integrou, na condição de sócio e financiador das empresas do setor de celulose-papel do país. Na atualidade, o BNDES ainda concede financiamentos e créditos para esse setor, que somaram o total de R\$3.071.482.000 bilhões em operações diretas contratadas pela Eldorado Brasil, entre 2011 e 2021. As operações do BNDES liberadas para a Suzano S.A., entre 2019-2021, totalizaram R\$ 6.758.600.000 bilhões.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No setor da silvicultura, em nível mundial, a terra e suas florestas são um elemento crucial para a acumulação. No caso brasileiro o acesso à terra é possibilitado por meio da compra e do arrendamento, que ocorre por meio da relação entre a figura do proprietário fundiário e das empresas de celulose. Essa relação pode significar a realização da aliança terra-capital, que permite a renda fundiária ao fazendeiro e o lucro as empresas. Em outra medida, essa relação também pode resultar na unidade capitalista, quando a empresa torna-se, também, proprietária da terra, permitindo concentrar a renda fundiária e o lucro (Martins, 1994).

Já no caso canadense, em que as terras de florestas são, principalmente, concentradas pelo Estado, o Governo Provincial representa um papel central no processo de acumulação do setor da silvicultura, tendo em vista que ele emite as concessões que permitem a continuidade da exploração das florestas por meio do pagamento de taxas de extração – que podem ser compreendidas como um tributo pago pelas empresas ao proprietário das terras – o governo. Além disso, no caso das florestas privadas, que representam uma alternativa para a aquisição de madeira para o setor, encontram-se em constante processo de majoração, tendo em vista a sua escassez e importância econômica. De modo geral, na agricultura capitalista, assentada na exportação de *commodities*, o proprietário da terra revela sua importância no processo produtivo, cujo acesso implica no pagamento da renda fundiária.

Na mundialização da agricultura em que empresas globais assumem centralidade, devido a conquistarem a liderança de determinados setores da economia, como acontece no setor da silvicultura. Todavia, a ascensão desses grupos econômicos ocorre assentado nas políticas de incentivos dos Estados, seja por meio dos créditos/fomentos e/ou por meio da atuação do Estado enquanto agente articulador do desenvolvimento do capital – via disponibilização de terras e/ou composição acionária em empresas do setor.

REFERÊNCIAS

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **Terra, estado e capital: a centralidade da renda fundiária nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS**. 2022. 217p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

BRIDGE, Gavin; MCMANUS, Phil. Sticks and stones: environmental narratives and discursive regulation in the forestry and mining sectors. **Antipode**, v. 32, n. 1, p. 10-47, 2000.

BROADLAND, David (2020). “Forestry doesn't pay the bills, folks”. **Focus on Victoria**. <https://www.focusonvictoria.ca/issue-analysis/35/> (acesso em 20 Agosto 2025).



BROADLAND, David (2021). “Forestry definitely doesn't pay the bills, folks”. **The Evergreen Alliance**. <https://www.evergreenalliance.ca/portal-the-true-cost-of-subsidies-provided-to-the-logging-industry/2/> (acesso em 20 Agosto 2025).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLARD, Rosemary; DEMPSEY, Jessica. A parasite not a cannibal? How the state and capital protect accumulation amid devastation. **Antipode**, 2025.

EKERS, Michael et al. The coloniality of private forest lands: Harvesting levels, land grants, and neoliberalism on Vancouver Island. **The Canadian Geographer/Le Géographe Canadien**, v. 65, n. 2, p. 166-183, 2021.

EKERS, Michael. A reserve army of timber: the racialised regime of private forest lands in British Columbia. **Antipode**, 2025.

EKERS, Michael. Financiers in the forests on Vancouver Island, British Columbia: On fixes and colonial enclosures. *Journal of Agrarian Change*, v. 19, n. 2, p. 270-294, 2019.

EKERS, Michael. Land grabbing on the edge of empire: the longue durée of fee-simple forest lands and indigenous resistance in British Columbia. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 7, p. 2799-2828, 2023.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1994.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, André Luis Amorim de; NEVES, Joser Cleyton. Transferência de valor e agronegócio: as Timber Investment Management Organizations (TIMO) no complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul (MS)-Brasil. **Revista NERA**, v. 27, n. 4, p. e10625, 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545p.

PARFITT, Ben. Restoring the public good on private forestlands. **Canadian Centre for Policy Alternatives**, 2008.

PICCIN, Kyla Simone. Taking Settler Colonialism Seriously in Abolition Ecologies: Centring Indigenous Dispossession in Geographies of Carceral Power, Ecocide, and the Abolitionist Ecological Imagination. **Antipode**, v. 57, n. 3, p. 1083-1104, 2025.

VAN WAGNER, Estair. The legal relations of “private” forests: making and unmaking private forest lands on Vancouver Island. **The Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law**, v. 53, n. 1, p. 103-126, 2021.